

Agricultores podem perder 80% das ajudas comunitárias com reforma da PAC

ARTIGO | TER, 10/07/2012 - 14:12



A reforma da Política Agrícola Comum (PAC) vai ter um impacto “bastante negativo” para os produtores de leite portugueses que podem perder até 80 por cento dos subsídios que atualmente recebem, segundo um estudo da Universidade Católica.

O estudo a que a Lusa teve acesso, elaborado pela Faculdade de Economia e Gestão para a FENALAC (Federação Nacional das Cooperativas de Produtores de Leite), revela um impacto “bastante negativo” em todos os cenários analisados pelos investigadores, sobretudo para as explorações localizadas no Litoral Norte e Centro, que representam dois terços da produção leiteira do continente.

No pior cenário, sem majoração de pagamento base nem introdução de pagamentos ligados à produção, as explorações

de leite terão uma quebra da ordem dos 79 por cento nos pagamentos recebidos, que será superior a 85 por cento nas explorações do Litoral Norte e Centro e nas mais intensivas do Sul, já que vai receber mais quem utiliza mais terra.

O Interior Norte e Centro também será penalizado, mas menos. Uma vez que as explorações são mais extensivas, as quebras não devem ultrapassar os 32 por cento.

As margens brutas por tonelada de leite também terão uma quebra generalizada no pior cenário traçado pelos investigadores da Católica.

O rendimento líquido da exploração (ou seja, o dinheiro recebido por unidade de trabalho anual, que corresponde ao trabalho desenvolvido pelo agricultor no ano interior) deve descer 45 por cento, uma quebra que será maior nos sistemas mais intensivos (Litoral Norte e Centro e sistemas maiores no Sul), podendo chegar aos 73 por cento.

Já o rendimento do trabalho nas explorações familiares (mais de 50 por cento de mão de obra familiar) pode cair mais de 300 por cento, exceto no Interior Norte e Centro, sendo o resultado tanto pior quanto maior for a quebra de pagamentos à exploração, isto é quanto mais intensiva for a exploração.

Num cenário que contemple a majoração do pagamento base, a queda de pagamentos passa a ser de 58 por cento (36 por cento no início e 79 por cento no fim do período em que vigora).

Se a majoração for conjugada com pagamentos ligados à produção, a quebra de pagamentos é menor, passando de 79 para 58 por cento.

O estudo, datado de julho, analisa o impacto da reforma da PAC pós-2013 sobre a produção de leite, com base em quatro indicadores (pagamentos diretos aos produtores, margem bruta por tonelada de leite, rendimento líquido da exploração e rendimento do trabalho familiar).

O relatório apresenta cinco cenários alternativos comparados em 11 sistemas representativos de exploração de leite de três regiões do país.

RELACIONADO: Nacional